

A Turma da Rua



Boletim do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua — SAS/FUNABEM/UNICEF — Nº 5 Maio-85 Edição Especial

América Latina ergue-se em defesa do Menino de Rua

Resultados do I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para os Meninos de Rua

Judith Spiegelman



Bernard P. Wolff

Quem somos?

*“Quem somos? O que fazemos lá?
Por que o fazemos?
As crianças, os filhos do povo,
as crianças das periferias pobres das cidades
filhos de camponeses, agricultores sem condições,
a grande maioria das crianças de nossas terras
são os pobres dos pobres,
duplamente pobres,
por serem filhos de pobres...”*

(Reginaldo Veloso)

Nota
Importante

Esta é a primeira de uma série de edições especiais do Boletim A Turma da Rua, do Projeto Alternativas de Atendimento ao Menino de Rua, desenvolvido pelo governo brasileiro, com o apoio do UNICEF. Um canal de envolvimento mútuo, de informação e troca de idéias. Um elo de união em torno de uma causa comum: a luta por melhores condições de vida para milhões de meninos e meninas que vivem nas ruas. Neste primeiro número, destacam-se informações divulgadas durante o Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias de Atendimento para Meninos de Rua, realizado em Brasília em fins de 1984.

São milhões de desvalidos, maltrapilhos, deserdados pela sociedade moderna. Sujos e marcados pelo estigma do preconceito, estão a um passo do crime e da violência, quando não vivem dele e nela. Apesar da imagem que deles é feita, são apenas crianças. Crianças que sabem a exata noção do carinho e sofrem por não tê-lo. Se vivem nas ruas e das ruas, é porque para lá são levadas pela sua própria condição de vida, para procurarem alguma forma de sustento, de sobrevivência — muitas vezes a sua e a de uma família fragmentada.

Aproximadamente trinta milhões, no Brasil, segundo dados oficiais da Associação dos Juizados de Menores do País. Meninos e meninas que vivem no círculo vicioso e viciante da prostituição ao narcotráfico, e daí ao crime e à morte.

Esta publicação tentará a união de muitos pelo bem-estar desses milhões. Eles são o espelho da sociedade em que vivemos. E merecem um futuro menos nebuloso.

Lapidar o cristal

O Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para os Meninos de Rua trouxe algumas respostas para questionamentos básicos lançados no início dos trabalhos: definir ou desenhar precisamente o perfil do menino de rua; quem é, por que é. Elaborar, mais detalhadamente, um quadro prático sobre mecanismos comunitários de geração de renda para esses menores, sem afastá-los ainda mais do acesso a serviços básicos essenciais de saúde, nutrição e educação.

Na base de todas as Respostas, a Comunidade. O potencial negligenciado em ações de política social resurgiu reabilitado das discussões, pela sua vital importância na implementação de medidas básicas e de baixo custo. O lucro social obtido com a participação plena de todos os mecanismos comunitários foi comprovado ao longo das experiências apresentadas: um dado impossível de ser desprezado.

Mas afinal, quem é o menino (e a menina de rua)?

Os seis grupos de painéis reunidos durante 5 dias divisaram um perfil inquietante: não tem sentido falar em menino ou menina de rua sem uma noção exata da profunda alteração social que o produziu. A rigor não existem meninos de rua. Existem sociedades fragmentadas e desajustadas, sem uma estrutura política sólida; sociedades alteradas, desvirtuadas e desvirtuadoras. Os dois sinais dessa patologia social foram identificados no *modus vivendi* desses jovens. Segundo os congressistas, existem dois tipos desses meninos: o menino *na* rua e o menino *de* rua. O primeiro — menino *na* rua — não vive nela, que é, para ele, um meio transitório de vida. Mantém, ainda, algum tipo de vínculo com sua família, mesmo desajustada ou em fase de desajustamento. O menino *de* rua, não; este vive e habita as ruas. Não só está *nas* ruas, mas vive *das* ruas. Em ambos os casos (o segundo, com mais gravidade), a situação é de alto risco.

De certa maneira, os debatedores consideraram o menino de rua como uma espécie "de símbolo da desagregação familiar na América Latina" (sic). Paradoxalmente, a própria rua na qual o jovem se vê lançado torna-se uma escola preciosa para ele: é o seu lar e o lugar onde se sente livre. A liberdade foi identificada com a segunda característica desses meninos: liberdade amarga, sofrida e, em alguns casos, dolorosa. Mas liberdade que se evidencia na sua própria vida errante. Talvez seja o único bem que possui. Sem dúvida, o componente mais importante no trabalho a ser desenvolvido pela comunidade, em sua direção.

De que forma solucionar a difícil equação renda X trabalho?

As respostas convergem para uma só direção: a comunidade.

A necessidade de políticas sociais específicas, participativas, autogerenciáveis, transformadoras, interdisciplinares e interagenciais; a urgência na formação de agentes comunitários devidamente treinados em cuidados primários, capazes de orientar vocacionalmente adultos e crianças,



conhecedores das ruas tanto quanto dos problemas familiares das populações de alto risco; a urgência de se dismantelar a rede de estereótipos culturais danosos e repressores; a urgência de uma nova forma de educação comunitária, profissionalizante e eficaz; a necessidade de novas leis que orientem o trabalho do jovem carente estão entre as recomendações mais enfáticas discutidas pelos países da América Latina. Mais uma vez a participação comunitária, o incremento à união de agências governamentais e não-governamentais foram considerados componentes essenciais.

Menção especial foi feita à situação das meninas de rua, situação talvez mais grave dada a posição da mulher como um todo no continente latino-americano. Mais expostas que o menino aos riscos (inclusive mortais) da prostituição, as meninas de rua necessitam de uma atenção diferenciada. A maternidade precoce é um problema que só pode ser atacado especificamente. E é um dos mais sérios (e silenciosos) males que atingem, cada vez mais, crianças do sexo feminino em todo o mundo. O duplo abandono da menina de rua se dá enquanto criança e enquanto futura mulher. A ênfase em ações preventivas, des-

tacada ao longo de todos os painéis, tinha a menina de rua como um dos pontos fundamentais. A formação profissional e a educação plena são dois componentes importantes para a integração dessa jovem ao contexto social que a expulsou um dia.

A necessidade de se rever a política de internamento também foi considerada prioridade em qualquer conjunto de ações visando ao menino de rua. A identificação do formalismo e da lentidão (além do pouco alcance) da estrutura de internamento mostrou que ainda é na comunidade que as políticas sociais irão encontrar uma infra-estrutura natural e muito mais flexível, ágil e familiar ao menino em condição de risco.

Por último, a prioridade total à estimulação participativa. Ao reconhecimento das capacidades naturais do jovem. Capacidades e habilidades que adquiriu no dia a dia, em plena batalha pela sobrevivência, no subemprego, na mendicância. Mesmo na marginalidade. Todos os seus instintos foram galvanizados por uma vida de riscos e incertezas. São sentidos apurados pelo tempo. Precocemente. Deve-se respeitar essa habilidade inata para a vida. E desenvolvê-la. Trabalhá-la. Lapidá-la como o cristal.



A Turma da Rua

Boletim do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua
Rua Visconde de Inhaúma, 38 - 5º andar - Rio de Janeiro
Telefone: (021) 223-2121 - R. 168

Serviço de Assistência Social — SAS/
Fundação do Bem-Estar do Menor —
FUNABEM/Fundo das Nações Unidas
para a Infância — UNICEF

Redação:
Márcio Farias

Revisão/Arte:
Aristides Filho
Maria Emília Magalhães
Francisco Seabra

Orientação Técnica:
Miltos Santa Cruz
Cesare de F. La Rocca

Resp. Editorial:
Francisco J. Pelúcio Silva

Composição e Impressão:
Empr. Jorn. Gráf. e Edit. EIXO Ltda.
Fone: 226-3136



UNICEF
Ed. Seguradoras, 13º andar
SBS — Brasília-DF.

Dar luz à luz

O menor é profeta — diz a Igreja

A Igreja marcou presença no I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para os Meninos de Rua na pessoa do Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida. O discurso do representante da cúpula eclesial brasileira foi dos mais significativos, sendo aplaudido demoradamente por todos os delegados.

Para Dom Luciano, é "preciso aglutinar forças, cada vez mais forças. O menino de rua não é propriedade de ninguém", ressaltou o prelado brasileiro, "não é parte privativa de ninguém, mas é um problema de todos, de toda a sociedade, pois é fruto dela". O Secretário-Geral da CNBB enfatizou que "participação não é doação", para descartar qualquer postura "benficiente" ou "caritativa" diante do problema. Para Dom Luciano, até o momento, a ação da Igreja tem sido "discreta, no âmbito das próprias igrejas, a partir da vivência das comunidades religiosas".

— "Comunidade. Essa é a palavra-chave", arrematou.

Para Dom Luciano, está havendo uma colaboração ecumênica nos últimos anos, envolvendo outras igrejas como a metodista, a luterana, a presbiteriana e a católica, além de grupos espíritas. Esse somatório de esforços é, segundo o Secretário-Geral da CNBB, fundamental para consolidar os elos que unem todos os setores da sociedade numa frente comum e ampla contra a injustiça social com os pequenos. Dom Luciano citou, em sua intervenção, que algumas experiências da Igreja, realizadas em São Paulo, Curitiba, Belém, Recife e Belo Horizonte, já produzem resultados animadores.

O menor como símbolo de toda a situação social da América Latina — essa a proposta de Dom Luciano. Símbolo de uma situação de injustiça social e, ao mesmo tempo, de uma ação transformadora e radical. Essa ação transformadora deve, segundo ele, ser incorporada por setores governamentais e não-governamentais, pois o menor implica a experiência da fraternidade. Deve-se, segundo D. Luciano, enfatizar a comunhão com o próximo e não a compaixão por ele:

— Não há menor irrecusável. O que existe — e eu enfatizo bem — é a nossa falta de confiança nele. O que deve importar a todos é a esperança na recuperação, assumir com o menor o mesmo compromisso do Cristo. O menor é um profeta: ele denuncia o nosso individualismo, o nosso consumismo e o nosso utilitarismo. Menor não é problema. Menor é solução. Solução para uma sociedade que o marginalizou. Solução para o reajustamento da sociedade, pois ela, sim, é que está abandonada, desajustada, e não ele, o menor, vítima dela, a sociedade.

Enfatizando, ainda mais, o papel da sociedade no processo de recuperação do menor, Dom Luciano concluiu:

— Devemos acender uma luz para o menor, pois ele será a luz da nossa vida.



Sonhar é preciso

Como despertar um continente em cinco dias

Foram cinco dias de seminários, debates e discussões sobre um tema de emergência: os meninos de rua. Pela primeira vez, 10 países latino-americanos voltaram-se, em conjunto, para um problema que se situa na base do processo social.

Foram cinco dias dirigidos a um contingente imenso e anônimo, cuja voz dificilmente é escutada. Marcados pelo preconceito, pela discriminação e pelo estigma do "medo" social, esses meninos e meninas têm um futuro preso à condição de miséria, criminalidade e abandono. Não têm instrução, não têm renda fixa, não têm acesso a serviços básicos de saúde, educação e nutrição. Vivem nas ruas. E nas ruas habitam um universo cheio de insegurança, perigos e incertezas.

Aberto pelo então Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social, o I Seminário Latino-Americano Sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua reuniu delegações da Colômbia, México, República Dominicana, Haiti, Venezuela, Equador, Peru, Chile, Argentina, além de representantes oficiais do Fundo das Nações Unidas para a Infância em Genebra, Nova Iorque, Filipinas, Canadá e Estados Unidos. Participaram como observadores membros da Secretaria de Assistência Social do MPAS, da FUNABEM e da Legião Brasileira de Assistência.

Nos discursos de abertura ficou patente a urgência de medidas e atitudes definitivas para a solução do problema, medidas que se constituíssem num processo a ser deslançado em todo o mundo latino-americano, em dos grandes focos emergenciais.

Em seu discurso de abertura, o Assessor Regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Peter Ta-

çon, enfatizou a necessidade de se despertar a comunidade nacional para o seu papel no processo de encontrar alternativas viáveis para os meninos e meninas de rua. Ao mesmo tempo, destacou a importância de se evitar o internamento dos menores em instituições oficiais, processo oneroso para os cofres públicos e geralmente ineficiente, a nível de integração social do jovem ao universo comunitário. Taçon chamou a atenção para o perigo das tensões sociais nas áreas urbanas, região natural do problema, e apontou os benefícios revelados por experiências comunitárias pioneiras no rumo dessas alternativas, as quais privilegiam os serviços básicos, o trabalho e a dignificação pessoal. Além disso, destacou os malefícios do preconceito e do estigma que cerca os "perigosos" meninos de rua, o que revela a total desinformação das sociedades modernas para um fato que se origina nelas próprias.

Em seu discurso, Jofran Frejat, então Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social, criticou a estrutura educacional e o autoritarismo das relações adulto-criança, componentes que, segundo ele, são decisivos para a formação e cristalização dos estigmas e preconceitos. Mais uma vez, destacou a urgência de se despertar a comunidade — raiz de todo o quadro crítico — para que seja mobilizada em todos os níveis, governamentais e não-governamentais. Para o orador é o "burocratismo, com suas estatísticas infundadas", um dos principais entraves ao desencadeamento de um processo de tomada de consciência maior. "É preciso ter os pés no chão", concluiu Frejat, "mas que não percamos a capacidade de sonhar com um futuro melhor para esses meninos e meninas

de rua. Sonhar é sempre e irredimivelmente preciso".

Nos dias de encontro, painéis, conferências e debates serviram como troca substancial de experiências, entre os diversos países participantes, visando ao estabelecimento de padrões, critérios e características comuns, capazes de compor um quadro de ações realmente eficazes. Foram formados grupos de trabalho interdisciplinar, enfocando quatro áreas: Geração de Renda (alternativas viáveis), Educação Alternativa, Educador de Rua (quem é, como deve proceder) e uma última área base: o que é, enfim, o Menino de Rua?

Audiovisuais, filmes, publicações foram exibidos durante o Seminário, e, ao final, apresentaram-se conclusões e documentos, espelhando o intercâmbio de experiências.

Em todos os momentos, uma só preocupação: crianças de 7 a 17 anos, jogadas nas ruas pela sociedade, pelo próprio processo formador dessas sociedades. Filhos do desenvolvimento urbano, da riqueza e do progresso. Filhos da própria estrutura social, vulneráveis, sensíveis, expostos à exploração (quer sexual, quer de sua força de trabalho), sujeitos a condições que, mais dia menos dia, terminarão por levá-los à violência, à agressão e ao crime. Distantes das famílias, muitas vezes sem jamais terem conhecido o carinho materno, vivem nas ruas toda sua existência. Na rua trabalham, na rua se divertem (ou pelo menos tentam), na rua dormem, na rua buscam um futuro que sempre e sempre, ao fim de cada dia, lhes parece mais distante.

O Seminário foi encerrado no dia 16 de novembro, com a leitura das conclusões e recomendações das delegações e dos grupos de trabalho, as quais foram transcritas em carta enviada à Organização dos Estados Americanos (OEA) para apreciação.

Os delegados estrangeiros foram convidados pelo UNICEF e Governo Brasileiro a conhecer o projeto da Cárterica Educacional Boa Nova, em Ipameri, Goiás e o projeto do Salão do Encontro, em Betim, Minas Gerais, considerados modelo de proposta alternativa e envolvimento comunitário.

Quatro Temas, Quatro Alertas

Não apenas meninos, mas meninas de rua: esse um dos pontos mais enfatizados nas conclusões dos quatro grupos de estudo, paralelos às plenárias do Seminário.

Não apenas meninos, mas também meninas de rua. Talvez essas sejam as mais atingidas pelo preconceito e pela discriminação, até mesmo dentro dos esquemas operativos de assistência social. Esse aspecto carrega consigo todas as espécies de discriminação (classe, cor e sexo) — discriminação tão danosa quanto o estigma que o processo histórico espalha sobre o problema. Além disso, o relacionamento adulto/menina tem esquecido, até hoje — segundo as conclusões dos grupos de estudo interdisciplinares —, os componentes sexualidade, valorização humana e saúde. A mulher tem sido a mais atingida pelo moralismo das posturas que privilegiam o homem em detrimento dela.

Um segundo aspecto enfatiza a nova pedagogia centrada na participação comunitária, a partir da consolidação de valores humanos redescobertos e da não-reprodução de relações de poder e autoridade dentro da vida em comunidade. Identificar quem está servindo a quem e com que interesses constitui um outro tema vital na elaboração das estratégias de ação participativa. Romper com os diversos tipos de exploração (sexual, financeira, moral, etc.) é o que a identificação de interesses específicos pretende. Os menores (meninos e meninas) estão constantemente sendo alvo e objeto de algum tipo de exploração. Uma situação insustentável e inaceitável.

A valorização dos recursos humanos disponíveis e a formação de mais agentes comunitários foi um tema discutido calorosamente. A única maneira de se despertar a atenção da comunidade para o assunto é fazê-la refletir sobre ele. Foi recomendada, ainda, a criação de Cartórios Privativos de Menores, vinculados a um Comissariado Especial do Ministério da Justiça.

Um último ponto destacado exclusivamente ao longo dos debates foi a necessidade de se integrarem os princípios educativos das diversas regiões nacionais, como forma de intercambiar experiência pedagógica e de



se corrigir falhas evidenciadas por contraste.

EDUCADOR DE RUA

O temário dos grupos de estudo e painéis incluiu o tema Educador de Rua. Quem é? Onde pode ser recrutado? Qual o seu perfil?

Antes de mais nada, as respostas constataram que ele é um educador de rua porque na rua está o seu objetivo. A identificação de seus princípios (éticos) fundamentais mostra que deve ser um amigo gratuito, desinteressado, descomprometido; que é alguém disposto a ajuda mútua, incondicional; que é alguém que conhece profundamente o sentido da palavra convivência; que é alguém disposto a jamais ofender.

Ao lado desses princípios éticos, os painéis identificaram características pragmáticas, definidoras desse personagem tão importante no processo de trabalho com o menor de rua. A primeira recai, mais uma vez, na comunidade. É dela que deve, necessariamente, surgir o educador de rua. Tem que ser alguém que conheça o território onde trabalhará; e que conheça, também, as pessoas desse meio; alguém que jamais se proporá a uma domesticação do menor. Educar não é domar. E menor carente não é animal selvático.

Domar e reprimir. Domar ou reprimir. Duas palavras pesadas e quase sinônimas. Dois tipos de comportamento que jamais poderão dirigir as ações do educador de rua. As articulações delicadas entre família, comunidade e menor constituem um trabalho colossal e de base, no qual o educador desempenha a função mediadora e catalítica, centrada, antes de tudo, na defesa do menor. A eliminação dos preconceitos sociais em relação aos meninos e meninas deve começar pelo trabalho do educador. O respeito à liberdade que esses me-

nos e meninas adquirem com a vida errante que recebem da sociedade é um dever inarredável, mola mestra do comportamento do educador.

EDUCAÇÃO ALTERNATIVA

A escola formal reproduz os sistemas de poder e autoridade vigentes na vida social fragmentada. Essa reprodução de modelos de poder acarreta a perpetuação dos preconceitos: os meninos e meninas de rua continuam a ser "sujos", "problemáticos", "agressivos", etc. e toda uma série de adjetivações puramente preconceituais. Os painéis sobre educação alternativa partiram desses pressupostos para propor as seguintes recomendações:

- buscar uma nova escola alternativa e livre, longe das antigas posturas autoritárias e dominadoras;
- não ignorar o fato de que a relação educador-educando é uma relação de troca e não uma relação vertical, de mando, de monopólio de saber. Educar é formar uma determinada competência;
- buscar uma escola onde o espaço seja de reflexão e não de repetição, ao mesmo tempo que, paralela ao processo educativo, exista a formação profissionalizante enfatizada;
- buscar uma escola na qual se valorizem os elementos da cultura popular, paralelos aos da cultura tradicional, que também não pode ser desprezada;
- buscar uma escola de transformação.

GERAÇÃO DE RENDA

Três premissas guiaram as discussões sobre o tema: trabalhar ou estudar? O que, na verdade, se pretende com essa relação? Trabalho é educação?

Essas perguntas obtiveram várias respostas de caráter convergente:

— Em primeiro lugar, o vínculo real entre possibilidade de renda para menores e participação comunitária. Esse vínculo, de acordo com as conclusões dos painéis, é indissociável da consciência participativa.

— O trabalho pode proporcionar uma formação abrangente e mais adequada à educação da criança em seu próprio meio. Para o menino de rua, os seus processos de geração de renda são os seus processos de educação "naturais". A rua é a sua "escola".

— Educar é constituir criatividade, descobrir criatividade. No caso do menor (que tem essa criatividade exercitada, ao máximo, pelas suas próprias e difíceis circunstâncias de vida), educar é trabalhar essa criatividade já despertada.

— Deve-se dar ao menor a possibilidade de escolher as suas oportunidades de vida e trabalho. Deve ser-lhe dado o mínimo indispensável e esperável para que alguém tenha acesso à vida social plena.

— Deve-se dar ao menino de rua a possibilidade de ser criança, de se divertir, de brincar, de desfrutar o que a vida difícil não lhe permitiu.

Para a consecução desses objetivos, deve-se alocar, segundo os especialistas, recursos de toda ordem e das mais diversas fontes alternativas, tais como loterias, loto, etc. Mais do que nunca, as comunidades devem-se mobilizar e não esperar pelos governos.

É fundamental que exista uma avaliação de mercado quando se fala em geração de renda para os menores. Leis fiscais e trabalhistas específicas, vinculadas aos julgados especiais de menores poderiam ser reelaboradas. Ao mesmo tempo, dever-se-á buscar um nível de qualidade de produção compatível com os níveis de mercado, pois trata-se de uma questão de comercialização envolvendo sistemas de marketing. Geração de renda a curto prazo e com um padrão mínimo de qualidade é uma tarefa difícil e complexa, pois se insere na política de economia de mercado. Os menores devem participar de todas as etapas desse processo, sendo informados, rigorosamente, sobre o destino dos seus produtos e da renda conseguida com a comercialização dos mesmos.



Colômbia

Dignidade, Ternura e Amor: a fórmula mágica da compreensão

Na Colômbia, o menor abandonado surge como fruto do crescimento urbano acelerado e da marginalização subsequente, agravada pelo tráfico de drogas, no qual os jovens se vêem envolvidos desde cedo. Cerca de 33,62% da população estão na faixa etária dos 2 aos 15 anos, tornando-se, em consequência, extremamente vulneráveis à vida incerta e perigosa nas ruas das cidades. O desemprego (com uma taxa de 16%, em 1984) contribui para aumentar a situação de instabilidade familiar. Um quadro de incertezas que se espalha por todo o país, agravando-se na região costeira (Pacífico e Mar do Caribe), onde se intensificam as condições de pobreza extrema. A região economicamente mais desenvolvida (a andina) compreende o maior número de cidades e, conseqüentemente, absorve maior concentração populacional — aqui se configura melhor o processo de absorção do menino das outras regiões pelas ruas movimentadas e cheias de turistas das grandes cidades.

Atualmente, 67% da população colombiana vivem nas cidades da região andina. Esse rápido crescimento urbano, acompanhado por um declínio cada vez maior do crescimento rural, provocou uma série de desajustes sociais, a começar pela fragmentação da família, com o menino bruscamente separado dos seus pais, que partem para cidades diversas à procura de melhores condições de vida. Em 1980, estimava-se que 92% dos pais trabalhadores da Colômbia negligenciavam seus deveres básicos para com seus filhos. Como seqüela natural de todos esses fatores, o menino colombiano, lançado desde cedo nas ruas das grandes cidades, viu-se engolfado por um processo que começa na vagabundagem, avança pela prostituição no rumo da delinqüência e, fatalmente, termina no "mercado paralelo" — como é chamado o tráfico de entorpecentes.

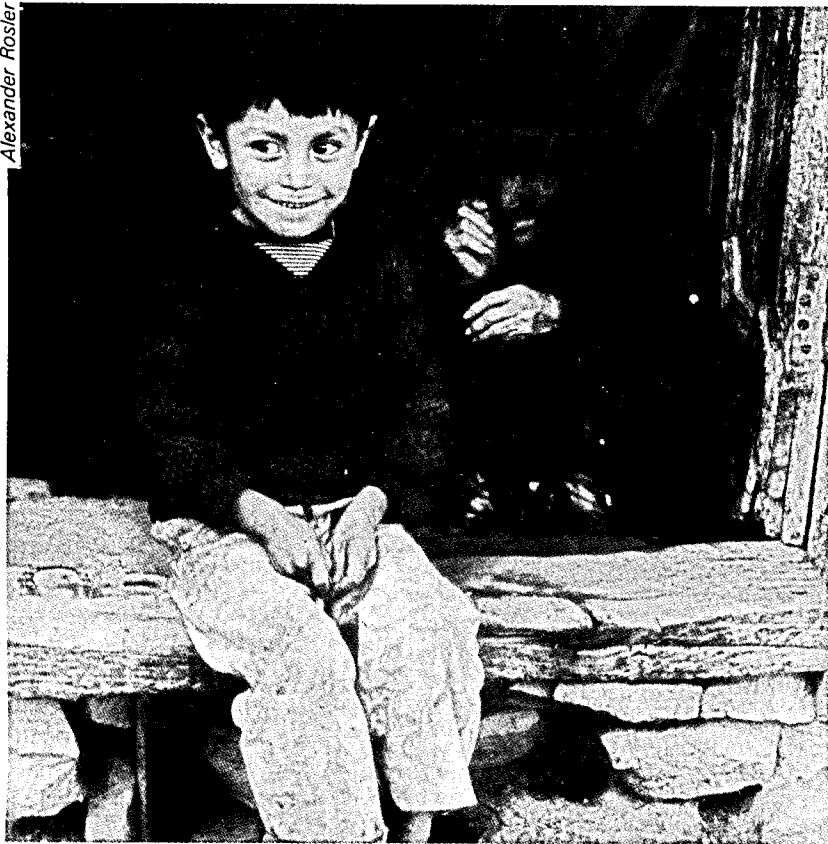
Em estudo de 1983, ficou provado que 95% desses menores pertenciam aos estratos mais carentes da população colombiana. Além disso, como **handicap** complementar, as altas taxas de mortalidade infantil (54 por 1.000) e desnutrição contribuíram para aumentar os problemas de uma população vulnerável e praticamente indefesa. Um exemplo desse quadro pode ser visto nas últimas estatísticas, que mostram um total de 85% das jovens entre 18 e 25 anos em condição de semiprostituição, quando não em prostituição absoluta.

Todos esses problemas levaram à criação, em 1979, do Sistema Nacional de Bem-Estar Familiar, visando a integrar ações envolvendo família e comunidade numa frente única em busca de soluções para as causas dos problemas e não apenas de paliativos para os efeitos. A base das ações foi a família, considerada como o objetivo fundamental de qualquer ação social comunitária. A resposta prática da sociedade colombiana foi a criação do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar.

GOVERNO E SETOR PRIVADO

A base das ações é a fusão dos setores público e privado, via instituições do próprio I.C.B.F., organismos oficiais e entidades privadas, vinculadas ao sistema. Os fins básicos são três: promoção da integração familiar;

Alexander Rosler



proteção do menino de rua e garantia dos direitos infantis; vinculação do maior número possível de instituições ao projeto, para o manejo dos problemas apresentados. Esses objetivos são aplicados em quatro níveis que têm, no primeiro escalão, a nível nacional, funções de planejamento, normatização e supervisão; a nível regional, as funções específicas são de planejamento e supervisão, sendo complementadas com as execuções práticas, a níveis zonais e comunitários ou locais.

Os princípios fundamentais são enfáticos na abordagem do menor, da família e da comunidade. Busca-se o bem-estar pleno e não paliativos em tempos de crise. A ênfase nos cuidados primários de saúde, durante os primeiros anos de vida, foi considerada ponto básico de qualquer ação. A nível oficial, buscou-se fixar uma legislação específica para o menor, complementando-se leis existentes com novas moções. Foi tomado, como ponto de referência, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, além do menor abandonado ser incluído como prioridade máxima do Plano de Desenvolvimento Nacional.

Todas essas ações foram enfeixadas sob o tema Proteção, que foi dividido em dois níveis: Proteção Especial e Proteção Preventiva. A proteção especial visaria a um conjunto de ações em favor dos menores em situação aflitiva e penuriosa. Jovens sem convivência familiar, com problemas de conduta e de delinqüência, em suma o menino da rua ou "Gamin", como é chamado corriqueiramente. Muitas vezes, esse jovem vive em contato com sua família, mas ela é de tal forma desagregada, que só problematiza ainda mais sua condição.

As ações preventivas têm o sentido de seu nome: visam a impedir que o primeiro quadro ocorra em famílias à beira da desagregação. São jovens geralmente de até 18 anos, vivendo em grupos populacionais de alto risco.

Toda a orientação do I.C.B.F. centra-se na família. A proteção especial tem como estratégias fundamentais as seguintes medidas:

1. atenção ao menor, de preferência na rua ou na própria família;
2. orientação familiar;
3. participação comunitária;
4. internamento só em última instância.

Usualmente, as famílias com problemas ou os próprios menores ou instituições (oficiais ou privadas) solicitam o auxílio do I.C.B.F., que, a partir de então, investiga o caso, define as medidas legais de proteção e estabelece os parâmetros de orientação.

No caso da Proteção Preventiva, as estratégias centram-se em ações no meio em que vive o menor: prioridade para as populações consideradas de alto risco, participação comunitária em todos os momentos desse processo prioritário, coordenação das múltiplas instituições envolvidas. O processo, neste caso, não precisa de solicitação de quaisquer das partes, pois pressupõe-se que todas estejam, **a priori**, envolvidas no mecanismo de prevenção.

Operacionalmente, o I.C.B.F. atua por faixas etárias e com base em projetos específicos para cada uma delas. Assim, toda a atenção jurídico-social ao menor, em situação de risco físico ou moral (exploração sexual ou narcotráfico) ocorre na faixa etária de 0 a 18 anos e implica uma sé-

rie de modalidades de serviços, como Centros de Emergência, Adoção e Creches, além de educação na própria rua. Toda a atenção ao menor com problemas de delinqüência (faixa etária de 12 a 18 anos) se dá a nível de orientação familiar e a nível das instituições (oficiais e privadas), com fins de reeducação. Já o contingente de menores com deficiências físicas ou mentais (faixa etária de 0 a 18 anos) tem um quadro de atendimento situado na família, nas instituições oficiais e privadas ou em centros especiais de orientação.

Toda a metodologia tem como base a participação global e intensiva num processo que envolve a investigação do problema, as ações protetivas, além de rigorosa reflexão sobre os resultados alcançados. Os aspectos essenciais enfatizam a atenção ao menor, prestada no seu próprio **habitat**, de modo a não desvinculá-lo de seu meio natural, destacam a promoção de serviços de alto rendimento e baixo custo e que sejam auto-sustentáveis. Em segundo lugar, dá-se a ênfase à prioridade sobre as populações consideradas em alto risco, ou seja, aquelas comunidades sem acesso aos serviços básicos de saúde, água ou nutrição, comunidades em que as crianças, desde cedo, vêm-se forçadas a trabalhar para complementar a renda familiar, sendo, por isso, privadas de acesso à escola, recreação e vida cultural. Em terceiro lugar, a ênfase recai na integração família-comunidade, envolvendo esta última em todos os momentos do planejamento das ações; são ouvidos os membros para que eles mesmos decidam sobre as suas prioridades básicas e orientados e informados os líderes comunitários sobre o seu papel fundamental como canal mediador de todo o processo. Por último, a metodologia do I.C.B.F. prevê uma perfeita coordenação interinstitucional, que gere compromissos formais com pessoas e entidades, por meio de acordos e convênios. Essa coordenação facilitará a alocação dos recursos disponíveis nas próprias comunidades, promovendo a melhoria da qualidade de vida através da integração de serviços diversificados.

COMUNIDADES EDUCATIVAS

Uma das modalidades alternativas encontradas pelo I.C.B.F. foram as chamadas "Comunidades Educativas". Tudo começou com a constatação de que o ambiente, e não o educador, era o maior responsável pela orientação do processo educativo dos meninos de rua. A palavra ambiente tomou conotações mais amplas a partir desse postulado: passou a significar toda a ambiência em que promove as suas próprias atividades de sobrevivência, formais ou informais, que fazem a sua vida diária.

A nova proposta pedagógica, portanto, uniu esse dado a um outro (seria fundamental que o menino participasse ativamente desse ambiente e, conseqüentemente, do seu processo educativo) e tomou-os como ponto de partida. Surgiram as comunidades educativas, de cidade de Benposta. São pequenos grupos de jovens e meninos, organizados de acordo com a idade, tempo de vivência naquele lugar e grau de compromisso comunitário demonstrado. Meninos e meninas que, juntos, passaram a determinar, com a comunidade, os rumos de

(Continua na página seguinte)

Colômbia

(Continuação)

sua educação. Esse sistema conseguiu gerar um potencial de trabalho considerado extraordinário pelos idealizadores do projeto, potencial que conseguiu uma economia de 40% nos gastos de implantação com a participação da comunidade.

A partir daí, diversas formas de autogestão foram elaboradas. Oficinas artesanais e grupos folclóricos hoje são responsáveis por boa parte da renda que, a rigor, sustenta o projeto. E tudo elaborado e posto em prática pelos próprios beneficiários. Um dado significativo: na medida em que os meninos assumiram as rédeas do seu destino, a presença do adulto como um princípio de autoridade desapareceu. Os agentes comunitários tornaram-se muito mais orientadores e auxiliares dos garotos que seus "mentores" e "diretores". Com isso, puderam ser catalogados alguns êxitos concretos, como estabilidade emocional e financeira dos meninos, auto-governo e auto-suficiência, educação co-participativa, envolvendo a criança na elaboração do processo curricular, de acordo com as suas próprias carências e necessidades educativas mais prementes; envolvimento da comunidade, que criou três grupos de adultos para auxiliar os jovens em seu trabalho sem qualquer tipo de remuneração, além do baixo custo das ações — quase sempre reabsorvido pelo alto rendimento apresentado.

BARRANQUILLA

Outra experiência bem sucedida é a de Barranquilla, cidade onde vivem grupos populacionais considerados de alto risco. O projeto incluiu duas regiões críticas: Costa Atlântica e Zona Negra, localidades com seríssimos problemas de infra-estrutura e carência total de serviços básicos.

O projeto "Costa Atlântica" iniciou-se em 1977 e envolveu a comunidade de Barranquilla e a Universidade do Norte, nela situada. A primeira etapa foi a construção de uma escola infantil, com a participação da diocese local. Os padres atuaram como agentes comunitários e educadores de rua. A partir daí, surgiram outras atividades: escola de adultos, assessoria técnica a escolas primárias, atenção integral aos menores de sete anos, recreação, assistência médica e pedagógica, bolsas de estudo, padaria comunitária, cooperativa de viveres, farmácia comunitária — tudo administrado pela comunidade e pelas populações-alvo. Numa terceira etapa, o projeto estendeu-se a outras comunidades: Siape, São Salvador, Três Ave Marias (distritos de Barranquilla) e à cidade de Salgar, nas costas do Mar do Caribe.

O projeto foi bem mais longe: a Costa Norte da Colômbia incorporou essas experiências e só numa das cidades — Magdalena —, foram criadas 35 escolas infantis comunitárias, com participação direta da comunidade, particularmente das mães, utilizadas como educadoras dos próprios filhos.

Em 1981, começou o segundo projeto — o de "Zona Negra" —, no-

me pelo qual é conhecida uma região favelada de Barranquilla, onde se concentra uma população jovem (1.500 famílias), visivelmente marginalizada, a caminho da criminalidade e do narcotráfico. Foram abertas escolas comunitárias para menores de 7 anos, com a participação intensiva da família, envolvendo orientação nutricional e atividades educativas. Com a abertura das escolas, vieram novos serviços: saneamento básico (feito pela própria comunidade), melhoramento urbano em regime de mutirão, escolas para a formação e capacitação de agentes comunitários. Atualmente, a própria comunidade é quem administra o projeto, cabendo ao I.C.B.F. apenas a orientação e o assessoramento técnico.

BUCARAMANGA

Quinta maior cidade da Colômbia, Bucaramanga tem uma população marginal que, em 1979, representava 38% da população total do lugar. Desde 1980, em convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), foi iniciada uma série de ações visando aos serviços básicos para os menores.

O alvo: menores de 7 anos. A estratégia: envolver ao máximo a comunidade e fazê-la tomar as rédeas do projeto.

Os adultos foram mobilizados na qualidade de agentes educativos e organizaram um esquema de atividades didáticas, em sessões de três horas diárias, três vezes por semana, nas próprias casas dos menores. Cada agente atende a um número mínimo de 13 a 15 crianças, entre 3 e 5 anos. O impacto do programa foi tão grande que o I.C.B.F. solicitou ao UNICEF apoio para ampliá-lo e transformá-lo, oficialmente, em um Programa de Serviços Básicos e Geração de Renda para aqueles grupos carentes e vulneráveis. Buscou-se, então, complementar aquelas primeiras ações com projetos de saneamento e geração de renda, além do trabalho pré-escolar.

Chegou-se, assim, a uma definição do perfil do menor de alto risco, aquele que, já nas ruas, luta pelo seu sustento. Um perfil que pode ser definido em dois lances: 1. O menino que vive na rua (e não da rua) vive nela porque nela trabalha; 2. Trabalha nela porque é pobre e sua família precisa de ajuda.

A partir desse esquema conceitual, foi criada a Casa Juvenil Amanhecer, sob responsabilidade da igreja. Esse projeto foi concebido a partir de três medidas norteadoras: criação de um sistema de comunicações e informação por meio da edição de um periódico; criação de um plano de incentivo ao trabalho; criação de um plano de apoio a menores que já trabalham nas ruas.

Quatro palavras foram escolhidas como senhas para o trabalho junto a esses grupos. São palavras simples, mas de ressonância profunda: dignidade, ternura, respeito e amor.

No Brasil, ação nacional

No Brasil, o tema "meninos de rua" é uma realidade enfaticamente presente. Eles estão em todos os lugares. Visíveis, carentes, pobres, maltrapilhos. Guardam carros, engraxam sapatos, ou simplesmente vagueiam pelas ruas em bandos. Expostos a todo tipo de exploração (inclusive sexual), são vistos com mais frequência nas grandes cidades, sorvedouros naturais da migração rural que desagrega a vida familiar e lança, desde cedo, os jovens na chamada "rua da amargura".

Dados não existem. Ou pelo menos não existiam, a rigor, até maio de 1981, quando o Governo brasileiro deu a arrancada maior e mais decisiva para a abordagem do problema. Alguns arrolavam 20 milhões, outros 15, outros 10, mas sempre e sempre "milhões", cifra assustadora e reveladora de grandes desigualdades econômico-sociais.

Com a recessão dos últimos decênios, o quadro geral complexificou-se. As alternativas existentes centravam-se na internação, caríssima para o Estado e pouco eficaz para o menor, a nível de sua reintegração e reabilitação à vida comunitária.

No segundo semestre de 1981, um grupo de técnicos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), da Secretaria de Assistência Social e do UNICEF reuniu-se para analisar as perspectivas e possibilidades de se desenvolver, no Bra-

sil, um sistema informal e aberto que ajudasse, efetivamente, o menor de rua, dentro de uma perspectiva que integrasse o provimento de serviços básicos (educação, saúde e nutrição) à participação de todos os segmentos da sociedade, com ênfase maior na estrutura informal das comunidades.

A primeira proposta sugeria detectar o que existia em andamento no País, a nível alternativo e aberto, bem como a difusão dessas experiências. Foram formados quatro grupos para levantamento dos dados, estudo detalhado dos mesmos, documentação dessas experiências e análise teórica. Buscava-se uma forma aberta de se lidar com o jovem de rua, coisa que nenhum país do mundo ocidental jamais conseguira fazer, mas que, surpreendentemente, fora encontrada e desenvolvida por algumas comunidades nacionais. A ênfase, portanto, recaiu no estudo dessas novas formulações.

Os primeiros passos envolveram seminários, estágios junto às comunidades detectadas e cadastradas, treinamento específico de agentes sociais, simpósios para troca de experiências. Ao final de 1982, haviam sido listados 70 trabalhos alternativos com meninos de rua, em todo o País. Cinco deles foram selecionados para estudo mais aprofundado, além de servirem de base para estágios de formação de agentes sociais.

Três aspectos foram considera-

Vladimir Barbosa da Costa



Uma onal

dos fundamentais pelos técnicos do Governo brasileiro e UNICEF envolvidos no projeto: a possibilidade de geração de renda pelo menor, a possibilidade de, paralelo a essa geração de renda, o provimento de educação básica ser compatível com o seu trabalho e, por último, a sua participação em todo o processo, como forma de integrá-lo, desde cedo, à mecânica comunitária de decisões.

Imerso no subemprego, o menino de rua é, ele próprio, senhor de suas alternativas de trabalho. Todos os riscos que sofre advêm dessa condição autônoma. O problema dividido pelos técnicos estava justamente em conciliar a necessidade real e efetiva de uma renda qualquer e a possibilidade de provimento de uma educação básica, também real e efetiva. Trabalhar sim, mas sem deixar de ser criança.

Todos os estudos sobre a escola formal levaram à conclusão de que esse sistema era frontalmente incompatível com o **modus vivendi** desses jovens. Demasiado formais e autoritários, representavam o oposto da vida livre e aberta desse menor, funcionando muito mais como elo repressivo do que como agente liberador.

Várias atividades comunitárias alternativas foram idealizadas a partir de experiências já existentes, tais como formação de educadores sociais no próprio meio do menor, como forma de reforçar os laços de amizade entre educadores e menores, além de consolidar a autoconfiança desse menor em si próprio e nas suas possibilidades e potencialidades. Atividades produtivas de cunho artesanal semi-industrial, unidas à prestação de serviços básicos de saúde e nutrição, além de aconselhamento familiar (para o caso dos jovens com vínculos familiares) foram estimuladas. Co-responsabilidade e co-participação foram dois pontos importantes para o desenho final do projeto. Duas palavras que foram ao cerne de toda a questão — a comunidade. Mobilizá-la, incentivá-la, sacudi-la, despertá-la para um problema antes de mais nada seu.

A partir daí, o projeto mobilizou-se em outras direções: legislação específica, por exemplo, um aspecto até então negligenciado. A reforma das leis sobre o menor, revertendo a tendência até então vigente de se considerar a internação como a medida única a ser tomada. Os estudos do Governo e do UNICEF concluíram pela necessidade de se começar um trabalho de conscientização com os magistrados, devidamente alertados para a sua importância no processo. A ênfase na comunidade como agente de realização do potencial do menor estaria entre as atribuições das Cortes, na medida em que aos juízes caberia a orientação das ações a serem realizadas pela própria comunidade, e não pelo Ministério da Justiça.

A observância da Declaração

Maurício Valladares



Universal dos Direitos da Criança e da Política Nacional do Menor seria um ponto-base para a correta execução dessas medidas alternativas. Um projeto visando ao fornecimento de identidade especial e alvará, também especial, para o trabalho do menor nas ruas foi elaborado e já está em tramitação.

Funcionando informalmente ("ágil como uma mesa telefônica", na expressão dos técnicos que nele trabalham), o Projeto Brasileiro de Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua, dois anos depois de deflagrado, já apresenta resultados palpáveis. Os grupos de Direção, Coordenação e Apoio funcionam harmonicamente, sem centralizar decisões nem reter poderes e funções. Tudo é informal. Verifica-se uma mudança (pequena, mas sintomática) na aceitação da nova imagem do menor, não mais como ameaça, mas como riqueza. Ao mesmo tempo, deixa de ser um projeto específico para menores de rua e passa a constituir-se num instrumento capaz de ser utilizado em benefício de quaisquer grupos de crianças carentes, pois a mobilização comunitária é intensiva. A co-participação da comunidade e dos órgãos governamentais levou a uma mobilização tão efetiva de recursos comunitários que, em alguns casos, gerou a completa autonomia de projetos. O reforço e a consolidação familiar estão na esteira dessa vivência comunitária. A integração de entidades não-governamentais surgiu como uma decorrência natural, uma expansão concêntrica. Lenta ainda, mas bastante promissora.

CINCO EXPERIÊNCIAS

Em Belém do Pará, a iniciativa é dos padres salesianos e oferece treinamento profissionalizante básico e emprego. Dois restaurantes mantidos pelo programa ("República do Pequeno Vendedor") servem como ponto de atração e congregação dos menores. Até o momento, são 800 crianças atendidas por 50 voluntários. Talvez seja o programa que mais tenha desenvolvido o trabalho de contato na própria rua com o menor.

Em Belo Horizonte (Minas), também dirigido pelos salesianos, o Centro Salesiano do Menor atua como uma firma do setor privado que fornece serviços (mensageiros, estafetas e contínuos) a empresas diversas do Estado. São 900 menores trabalhando com carteira assinada e salário mínimo, recebendo todas as vantagens e benefícios sociais a que têm direito os trabalhadores registrados.

Em Betim (ainda em Minas Gerais), a experiência data dos anos 70 e surgiu em resposta a um desenfreado surto de industrialização que, a partir de então, tomou conta daquele Estado. Chama-se "Salão do Encontro" e mobiliza, atualmente, mais de 300 menores (a rigor 350) em atividade produtiva de caráter diversificado: os menores são instruídos e educados em rudimentos de marcenaria, sendo responsáveis por uma linha de industriato cada vez mais requisitada. São imóveis domésticos em estilo colonial mineiro, que competem, em qualidade e bom gosto,

com as maiores fábricas do País. Cerâmicas artísticas e tapetes estão sendo introduzidos na linha de produção e têm alcançado idêntico sucesso. Apesar de ocasionalmente receber doações governamentais, o programa é absolutamente auto-sustentado.

Em Ipameri (Goiás), a própria comunidade mobilizou-se há mais de vinte anos e deu início ao embrião do que hoje é a Cerâmica Educacional Boa Nova. Duzentos jovens respondem por uma produção nacionalmente conhecida de cerâmicas artesanais, disputadas pelos grandes centros como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília. O programa desenvolve atividades produtivas paralelas, como grupos de engraxates, jardineiros, verdureiros e **baby-sitters**, sendo também plenamente autofinanciado. Mais de 300 crianças participam dessas atividades paralelas complementadas por uma grande horta comunitária, dirigida pelos jovens e que vende o seu excedente de produção à própria comunidade de Ipameri.

Em São José dos Campos, o programa é oficial. A Prefeitura da cidade enfatiza a promoção de educação básica, mais recreação e trabalho em meio expediente. Os menores são mantidos em atividades que já desenvolvem, tais como engraxates, mas possuem uma infra-estrutura de apoio que lhes dá maior segurança contra as explorações de terceiros. Uniformizados e agrupados em **stands** montados pela Prefeitura, com tabelas fixando os preços mínimos e um controle de caixa realizado por eles mesmos, esses menores passaram a ter um substancial aumento em sua renda mensal. O primeiro grau é oferecido gratuitamente e de forma a não prejudicá-lo em seu trabalho. Ao completar 14 anos, o menino é empregado pela Prefeitura e passa a trabalhar nas equipes de limpeza. Registrado, com carteira assinada e salário mínimo garantido, torna-se funcionário da Prefeitura. Aos 16 anos, incorpora-se a um programa de treinamento específico em várias firmas da cidade, onde aprende e desenvolve novas habilidades. Aos 18 anos, deixa o programa para um emprego definitivo.



Vladimir Barbosa da Costa

Nos Andes, legislação e direito familiar

Dois triunfos na luta por um sorriso

Um dos poucos países da América Latina a gozar de invejável situação econômica — a Venezuela — uniu-se de mecanismos fortes de proteção ao menor. Com aproximadamente 17 milhões de habitantes e uma economia estável, na qual o petróleo ocupa uma posição destacada, a Venezuela vem-se preocupando com a situação do menor carente e em zonas de alto risco, desde 1936, quando foi criado o Instituto de Assistência ao Menor Abandonado. Em 1947, foi criado o Instituto Autônomo para Assistência ao Menor, órgão que foi ampliado e modificado, estruturalmente, em 1977. Hoje, 1,8% do orçamento da União é direcionado a trabalhos comunitários com os menores de rua. O Estado, segundo a legislação, é quem determina o volume de recursos a serem alocados para esse fim. Também a participação comunitária foi definida por lei, e sendo incorporada à Constituição do país. Ainda por determinação legal, cada estado participa com uma alíquota de tributação destinada ao atendimento comunitário do menor. Cerca de 6% dos lucros das empresas do país são, por definição da lei, aplicados, anualmente, em atividades destinadas à melhoria da qualidade de vida desse contingente desvalido, que tende a se constituir num problema dos mais graves.

A estrutura de atendimento oficial-comunitário da Venezuela funciona em vários campos. Os setores da Justiça cuidam de toda a proteção legal ao menino de rua, aperfeiçoando continuamente a legislação existente. A assistência social efetua-se por meio de Centros de Recepção (que acolhem e atraem o menor), Centros de Diagnósticos (que estabelecem o perfil de suas necessidades) e de Reeducação (geralmente em atividades profissionalizantes).

Até 1983, tinham sido atendidos mais de 20.000 menores, assim distribuídos: 17.700 nos Centros de Recepção, 3.793, nos de Diagnóstico e 631, nos de Reeducação. Além disso, o Estado mantém, em cada um dos distritos nacionais, centros de desenvolvimento comunitário, que, até 1984, trabalharam cerca de 3.193 menores, de 8 a 18 anos — e sempre em regime de educação profissionalizante e orientação vocacional. São mantidos, além disso, "Lares" para rapazes (atendendo a média anual de 40 jovens), "Lares-Escola", centros médicos específicos para formação de paramédicos nas comunidades e também com os próprios jovens, além de um centro de formação de educadores de rua. Ao mesmo tempo, são desenvolvidas atividades pré-escolares que, atualmente, atendem, em regime integral, a 20.000 crianças nessa faixa de idade.

No campo da legislação, a Justiça venezuelana aprovou, há poucos anos, um dispositivo que anulou as distinções existentes entre os filhos "legítimos" e os "ilegítimos", para evitar diferenças no trato familiar e

fragmentação psicológica, ambos de conseqüências nefastas para o menino. Do mesmo modo, os direitos assistenciais da esposa legítima foram equiparados ao da companheira, como forma de proteger, ainda mais, o recém-nascido.

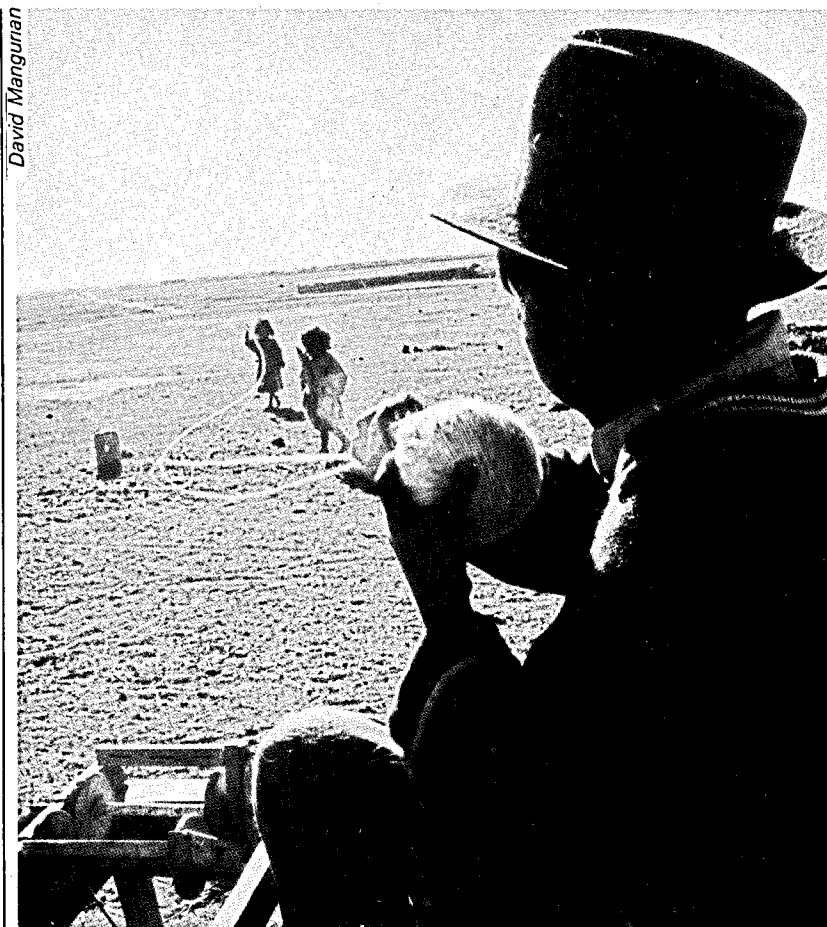
EQUADOR: A ESTRUTURA AUSENTE

No Equador, a situação é diversa. Dotado de uma infra-estrutura complexa de escritórios regionais, centros sociais e casas-lares, o país apresenta, não obstante, cifras preocupantes: são 3.346.000 crianças, que representam 41,5% da população total do país, expostas a condições de vida pouco satisfatórias. Desse número, 3.800 vivem nas ruas trabalhando e 2% não conhecem suas famílias. A freqüência à escola dura, no máximo, dois anos (dos 12 aos 14), quando, então, o menor se vê jogado na batalha cotidiana para sobreviver. A marginalidade e a migração completam o quadro de perigo e risco.

Há um ano, o Instituto Nacional da Criança e da Família solicitou auxílio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância, na tentativa de agilizar uma imensa estrutura de atendimento social praticamente estagnada pelo formalismo excessivo: dispensários, creches, lares-escola, restaurantes populares, todos inativos ou funcionando aquém de suas capacidades. O total desconhecimento do papel das comunidades na luta pela sobrevivência do menor aumentava a apatia. O convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância tinha como objetivo fundamental utilizar a experiência do UNICEF em trabalhos comunitários, para despertar a consciência dos diversos grupos carentes e da sociedade nacional, de um modo geral.

O modelo de ação escolhido, após as primeiras reuniões e diagnósticos, centrou-se no fornecimento de serviços básicos integrados. Integrar serviços de saúde, educação e nutrição, enquanto se trabalharia o contingente de meninos de rua, era a estratégia mais ampla, a nível comunitário. Logo de início, o projeto contou com a adesão de vários grupos não-governamentais de voluntários e de caráter beneficente. Os Ministérios da Educação e da Saúde puseram a sua enorme infra-estrutura também à disposição. Um esquema de formação de educadores de rua foi rapidamente elaborado, conseguindo resposta satisfatória quase de imediato. Como público-piloto, foi escolhida a comunidade mais carente do Município de Quito. A identificação-diagnóstico, levada a efeito pelos técnicos do governo equatoriano e UNICEF, mostrou um perfil diversificado entre os menores. Foram listados cinco tipos de circunstâncias nas quais esse menor poderia ser inserido:

1. o menor que não trabalhava e não mantinha vínculos familiares;
2. o menor que trabalhava e não mantinha quaisquer vínculos familiares;
3. o menor que trabalhava e mantinha vínculos com sua família;
4. o menor com uma família fragmentada e sem trabalho;
5. o menor com vínculos familiares, mas sem trabalho.



Hoje, oito grupos comunitários trabalham com os menores de Quito, prestando-lhes serviços básicos no seu próprio ambiente natural — a rua —, ao mesmo tempo em que lhes proporciona capacitação profissional e orientação psicológica. Doze órgãos não-governamentais estão envolvidos, além dos Ministérios das áreas-afins (Saúde, Educação) e entidades universitárias.

O próximo passo será levar o mesmo esquema à rua, à praça de Guayaquil.

PERU: INTEGRAÇÃO INTERDISCIPLINAR

O menor abandonado peruano já é um tema de âmbito nacional, particularmente na capital, Lima, que concentra 30% da população total do país (17 milhões de habitantes). Não existem estatísticas precisas, mas estima-se que sejam mais de 5.000 os menores lançados ao trabalho nas ruas, ou vivendo de expedientes que vão do roubo ao crime, passando pelo narcotráfico. Mais de 49% desses menores vivem sozinhos, sem família, sem teto. 50% vivem sem trabalho; 49,18%, em bandos e 44,3% situam-se na faixa crítica dos 0 aos 14. As altas taxas de desnutrição e analfabetismo são preocupantes, principalmente levando-se em conta que, dos dezessete milhões de habitantes do país, 44,3% são crianças. De cada dois menores de seis anos, um está com desnutrição aguda, enquanto, no cômputo geral, 44% do contingente infantil podem ser considerados desnutridos. A mortalidade infantil ostenta números ainda mais aflitivos: 105 para cada 1.000 nascimentos. As principais causas são bastante conhecidas por todos: diarreia, infecções gastrointestinais, pneumonia, influenza e parasitas. Aproximadamente 60% das mortes infantis do Peru devem-se a esses fatores.

A cada dia aumenta o risco dos

menores entre 7 e 13 anos expostos ao trabalho marginal, à exploração sexual, à prostituição, ou em subempregos, como vendedores ambulantes, guardadores de carros, limpadores de vidros ou cantores nos ônibus.

Em 1980, foi criado, pelo Ministério da Justiça, o Conselho Nacional do Menor e da Família, coordenador e diretor da política de bem-estar social para todo o país. Embora ainda não haja uma cobertura total da população alvo, já existem movimentações no sentido de lançar-se uma mobilização nacional de Saúde, Educação, Trabalho, Promoção Social, Moral e Religiosa, entre 1983 e 1985, visando à prevenção e à proteção dos menores em estado de abandono.

A nível institucional, compete ao Instituto Nacional de Bem-Estar Familiar a atenção efetiva, através de instrumentos de serviço para os menores em perigo moral ou social. Dois mil e quinhentos menores serão atendidos pela nova iniciativa, embora o contingente ainda seja maior do que a oferta desses serviços.

Apesar da crise econômica que o país atravessa, e que reduz sensivelmente o volume de recursos disponíveis, o Conselho Nacional de Bem-Estar Familiar mobilizou órgãos militares — como a Guarda Civil, através de sua polícia de menores — para campanhas permanentes de orientação comunitária e triagem dos menores em zonas críticas. Foi elaborado, também, o Plano de Defesa do Menor, com a finalidade de despertar a atenção e o cuidado das comunidades para esses jovens.

A nível jurídico, medidas legais foram tomadas, como a Lei nº 295, de 1984, que inova o Direito Familiar, a exemplo da Venezuela, não estabelecendo diferenças de direito entre os filhos legítimos e ilegítimos, cercando-os, legalmente, com os deveres paternos, na difícil relação menino-família.

As dificuldades do Cone Sul

No Uruguai (com menos de 3 milhões de habitantes), existem duzentos e quarenta mil crianças em condições que podem ser classificadas como de extrema pobreza. Suas famílias, de maneira carentes, não podem protegê-las devidamente e, em consequência, passam a integrar os problemáticos contingentes de alto risco. A rigor, em cada três meninos uruguaios é de família pobre e trabalha nas ruas para sobreviver, isso quando não se entrega a atividades marginais e potencialmente perigosas, como o tráfico, o roubo, etc. Complementando o quadro, uma em cada sete crianças é de família totalmente indigente, sem qualquer espécie de renda, o que significa mendicância.

Desde 1971, apenas o governo vem desenvolvendo ações preventivas e correccionais, utilizando a infraestrutura existente e contando com o apoio da rede escolar oficial e de grupos voluntários de escoteiros. As ações, até o momento desenvolvidas, centram-se na promoção de jornadas de trabalho remuneradas para esses jovens, além de recreação ao ar livre, nos próprios locais onde eles vivem. Mesmo tímidas, essas ações demonstraram como a vida comunitária pode ser utilizada como instrumento didático e propedêutico.

Em 1983, o Centro Latino-Americano de Economia Humana (CLAEH), com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, lançou o projeto "Apoio a instituições não-governamentais para atenção ao menor carente". O projeto resultou da constatação de que mais de 100 instituições privadas do país poderiam participar mais ativamente do processo de conscientização comunitária para prestação de serviços básicos de educação, saúde e nutrição às comunidades carentes do Uruguai. Todo esse potencial poderia ser mobilizado como um apoio importantíssimo às ações já desenvolvidas, além de despertar a sociedade nacional para um outro potencial ainda mais importante: a comunidade.

Em dezembro de 1984, setenta destas instituições privadas reuniram-se em Montevidéu para direcionar a conduta e as estratégias para uma abordagem eficaz do problema. Do encontro surgiram seis pontos básicos, sendo quatro um conjunto de medidas extremamente práticas e de aplicação imediata, complementadas por dois pontos de apoio no âmbito comunitário. Os quatro pontos principais foram:

- fortalecer os mecanismos de interação governo/iniciativa privada, procurando o melhor entrosamento das ações e evitando duplicações desnecessárias e serviços inadequados às populações;

- usar eficaz e racionalmente os recursos humanos e materiais, com ênfase no trabalho obtido nas próprias comunidades;

- aumentar esses recursos pela participação de todos os setores da sociedade, por meio da sensibilização intensa da opinião pública;

- coletar informações sobre a real situação do menor abandonado e carente do Uruguai.

Essas medidas seriam complementadas por um boletim informativo, de âmbito nacional, para circula-



ção nas comunidades, como forma de sensibilizá-las, e em outras instituições privadas ainda não sabedoras do projeto, e por uma secretaria de serviços para informação (em regime de plantão permanente) da comunidade e de novas instituições e empresas desejosas de participarem da iniciativa.

NO CHILE, UM DESAFIO

Trinta por cento dos menores chilenos sofrem, hoje em dia, de algum tipo de deficiência alimentar. Outros 20% podem ser considerados totalmente desnutridos. Apenas 5% são bem alimentados. Esse contraste revela que a situação do menor, no Chile, apresenta quadro idêntico a de outros países da América Latina: um rápido crescimento urbano e uma acelerada industrialização provocaram uma concentração cada vez maior nos centros urbanos, acarretando a formação de bolsões de pobreza e carência total de serviços básicos — tão essenciais nos primeiros anos da infância. Na esteira dessas seqüelas, chegam a vagabundagem, a mendicância, a criminalidade, os baixos níveis de renda, a baixa qualidade de vida, os altos índices de mortalidade e criminalidade.

Para o governo chileno, esse tem sido o desafio mais forte nos últimos anos, e o Serviço Nacional do Menor, órgão subordinado ao Ministério da Justiça vem-se empenhando em descobrir alternativas de trabalho com esse contingente, além de formas legais de amparo ao menor. Existem, no Chile, 528 estabelecimentos assistenciais agregados ao SENAME (alguns religiosos, outros independentes, mas, em geral, todos subvencionados pelo Serviço Nacional do Menor). Nesses estabelecimentos, atende-se a uma população média superior a 50.000 jovens e crianças carentes. O Governo, por determinação presidencial, destinou 1% do Orçamento da União a ações visando esse contingente abandonado, o que equivale a uma dotação anual de 4 milhões de pesos. Alguns dados já catalogados permitem apontar a vagabundagem e a mendicância como as principais causas do abandono e da criminalidade. Até hoje, os centros registraram 2.372 menores nessas situações, correspondendo a cerca de

4,9% da população total assistida pelo sistema de previdência e assistência social do país.

Nos últimos anos, o SENAME tem estimulado e apoiado ações de flagradas pelas comunidades, geralmente sob os auspícios de organizações religiosas. Dentro desse espírito foram traçadas algumas linhas mestras para os próximos anos, incluindo os seguintes temas:

- ênfase em metodologias comunitárias;
- cobertura e alcança mais amplo dos serviços;
- maior estabilidade nas políticas sociais traçadas;
- autonomia e independência dos projetos.

EXPERIÊNCIAS CHILENAS

Nos últimos 20 anos, várias experiências foram desenvolvidas pelo SENAME, segundo uma perspectiva preventiva e correccional.

Centros de Atenção (diurnos), destinados ao trabalho integral com o menor em situação irregular, criminal, desajustado familiarmente. Esses centros possuem um caráter preventivo, pois, capacitando profissionalmente esses menores, oferecem-lhes oportunidades de reintegração à vida comunitária. Outro tipo de experiência, com ênfase em reabilitação, são os Centros Recreativos, espalhados por todo o país. Criados para grupos etários específicos, a nível comunitário, apresentam uma linha de ação participativa, segundo a qual a comunidade e os menores definem suas prioridades e o uso das instalações.

Um outro tipo de experiência é a da Rua-Escola, mais recente (1980) e que se destina aos menores que vivem e trabalham na rua. Além de constituir-se num programa de capacitação e formação profissional, fornece ensino básico e alimentação.

A nível de reabilitação, os Centros de Reabilitação de Conduta (diurnas) executam um trabalho de reorientação psicológica. Destinam-se a reintegrar o menor e o jovem com problemas de conduta ou tráfico de drogas, paralelamente a todo um trabalho desenvolvido no seu próprio meio familiar. Um programa de liberdade monitorada também desempenha essa função redefinidora do papel social

que o menor possa vir a exercer na comunidade.

Inúmeras atividades comunitárias estão sendo realizadas visando à capacitação de recursos humanos, lideres e dirigentes, todos devidamente habilitados a lidar com as prioridades da comunidade. Um último elo do processo inclui a especialização de profissionais liberais a nível de pós-graduação em problemas do lazer.

EXPERIÊNCIA ARGENTINA

Na Argentina, os dados não são tranquilizadores em relação ao menor. Quarenta por cento da população infantil vive em condições consideradas de alto risco. Vinte e oito por cento, em situação de extrema pobreza. A violenta crise econômica, unida às seqüelas da guerra, deixaram marcas profundas na população infantil argentina.

Até o momento, as ações objetivando o menor são desenvolvidas pelos órgãos oficiais e por cerca de 30 instituições religiosas e beneficentes. Em 1984, uma série de medidas foi sugerida pelo novo governo argentino, visando justamente a diminuir o **handicap** que o descaso e a inoperosidade produziram durante os últimos vinte anos. Por esse motivo, foi recomendado o levantamento minucioso da população jovem em risco, e uma bateria de seminários para formação emergencial de educadores de rua foi elaborada. Ao mesmo tempo, solicitou-se ajuda ao Fundo das Nações Unidas para a Infância, visando à assistência técnica às instituições em atividade. Ênfase à educação profissionalizante e à orientação comunitária para ações preventivas, além da promoção do voluntariado (grande arma comunitária) são as principais medidas.

UM PADRE PIONEIRO

Uma das entidades religiosas que mais se tem empenhado na busca de alternativas de geração de renda e provimento de serviços básicos para os menores de rua é a Fundação Lares Argentinos, dirigida pelo padre André Dubovsky, um pioneiro em ações desse tipo. A Fundação atendeu até hoje 9.600 jovens, número expressivo se forem considerados o reduzido raio de ação da entidade e sua escassez de recursos. Fundada há 27 anos, talvez seja uma das instituições com maior experiência de campo nesse âmbito, evidenciada em alguns dos postulados básicos de sua atuação — toda ela voltada para o atendimento ao menor sem estigmatizá-lo pelo internamento.

O sistema de operação é muito simples. O jovem chega ao lar, sozinho, ou por indicação de outros, ou por livre vontade. As portas estão sempre literalmente abertas. Ali, ele é recebido por outros jovens que o orientam e que não o questionam sobre o seu passado ou seu futuro. Ali, ele recebe educação básica, alimentação sadia e aprende um ofício. Tudo é administrado pelos jovens. Do restaurante coletivo às oficinas de artesanato. A meta é fazer com que o menino se descubra, pois, segundo expressão do próprio André Dubovski, "ele, o menino, é obra de Deus e Ele é a obra maior".

México

Tudo para fazer sorrir o "Pelón"

No México, um processo de industrialização (acelerado nos últimos dez anos), unido ao tremendo fluxo turístico, levou à configuração do clássico quadro migratório: milhares de famílias partiram do campo rumo aos grandes centros, em busca da ilusão de um futuro melhor. O resultado não poderia ter sido outro: o aumento das massas populacionais em espaços urbanos cada vez mais reduzidos, conduzindo à promiscuidade, à formação de assentamentos marginais sem qualquer perspectiva de acesso a serviços básicos — as chamadas "cidades perdidas", as favelas.

Atualmente, as três maiores cidades do país absorvem, sozinhas, 60% desse crescimento migratório — a cidade do México (capital do país) é responsável por 49% dessa taxa. Em quase todos os distritos considerados de alto risco, os problemas são os mesmos: pouca ou nenhuma renda, desemprego, desnutrição, analfabetismo, pouco ou nenhum acesso a serviços básicos de saúde, nutrição e educação. Para se ter uma idéia, em dois desses distritos mais carentes (Coatzacoalcos e Minatitlan), 43% da população total sofre esses problemas de forma aguda e intensa. Um dos efeitos mais danosos é a desagregação familiar e, conseqüentemente, o abandono dos menores ao próprio destino, nas chamadas "pandilhas" — grupos de jovens que passam a percorrer as ruas da cidade, terminando por viver de expedientes vários, que vão do roubo à criminalidade — e tudo em nome de uma dura e inflexível lei de sobrevivência.

A evolução dos projetos de assistência social no México ocorreu **passu** à afirmação de soberania nacional. O governo mexicano, enfatizando o desenvolvimento dos mecanismos oficiais de justiça social, criou o Sistema Nacional para o Desenvolvimento Integral da Família (DIF), organismo de âmbito nacional subordinado ao setor de saúde, a quem compete a organização dos projetos e programas de assistência social, de forma a despertar a população para a importância de sua participação nesse processo. O sistema engloba a estrutura de saúde existente, a nível nacional, além de receber colaborações de todo e qualquer tipo de entidade privada disposta a participar. O objetivo é um só: o menor carente e sua família desajustada. As ações incluem assistência social institucional, integração familiar, educação, reabilitação dos deficientes, assistência e orientação alimentar, assistência jurídica ao menor e sua família, além da promoção do desenvolvimento das comunidades carentes.

Considerando esse espírito, foi elaborado, em 1983, o projeto "Prevenção e Atenção Alternativa para Meninos de Rua", cuja ênfase específica foi dada à melhoria da qualidade de vida de 25.000 menores de Coatzacoalcos e Veracruz — as duas cidades com problemas mais graves nesse âmbito. Um primeiro diagnóstico, realizado a partir dos grupos etários, revelou o seguinte perfil de vulnerabilidade: na faixa de 0 a 6 anos, constatou-se um elevado índice de mortalidade e morbidade infantil, infecções gastrointestinais e respiratórias, parasitas (cerca de 96% da população-alvo) e desnutrição (55% das crianças desse grupo), além do abandono parcial do menor por suas famílias. O grupo seguinte (7-14 anos) apresen-

tou o problema do abandono na rua. São os "pelones". Vivem na rua, sujeitos à violência de todas as ordens. Não freqüentam escola e são explorados sexualmente por terceiros. Consomem drogas e vivem em "bandos". Esse comportamento torna-se mais complexo na faixa etária seguinte (14-18 anos), completamente absorvida pela anti-socialidade, pelas drogas e pela criminalidade.

A proposta do DIF para esses grupos envolve a instrumentação dos níveis corretivos e preventivos destinados a orientar esses meninos para o trabalho em comunidade, ao mesmo tempo em que visa a despertar a comunidade para o trabalho com eles, longe do estigma, da repressão e do preconceito. A partir de 1983, o DIF passou a contar com a ajuda do Fundo das Nações Unidas para a Infância, no sentido de encontrar soluções alternativas e de ênfase comunitária para a solução do problema dessa faixa exposta aos riscos de um futuro incerto. Coatzacoalcos foi escolhida como comunidade-piloto para um projeto-modelo.

OS MENINOS DE VERACRUZ

Os objetivos do projeto piloto (iniciado em 1983/84) foram bem claros — mudança total das condições de vi-

da do "pelón", em todos os níveis: saúde, afetividade, educação e trabalho, de forma integrada e comunitária; prevenção para evitar que o quadro de estigma e marginalidade tomasse maior vulto em grupos ainda não absorvidos pelo abandono das ruas; por último, utilizar todas as formas disponíveis para tornar melhor e mais ativo o menino não-institucionalizado, ou seja, ainda não colocado sob tutela oficial do Estado.

Foram mobilizados, nesse primeiro momento, as organizações governamentais e não-governamentais disponíveis. Em conseqüência, o projeto ampliou-se. Em 1981/82, já abrangia três colônias de Coatzacoalcos e Minatitlan (no Estado de Veracruz). Em 1985, alcançará os 25.000 jovens e meninos de 15 outras colônias marginais. Até 1986, espera-se cobrir mais 5 colônias marginais em Guadalajara e Acapulco. Entre 1987/88, a meta será 30 colônias de altíssimo risco, uma população total de 150.000 jovens, dos quais 10.000 menores de seis anos, e 7.000 mães.

A estratégia utilizada no projeto-piloto de Veracruz (elaborada conjuntamente pelo DIF e UNICEF) inclui apoio às autoridades estatais e locais (municipais) na conclusão dos seus respectivos planos de desenvolvimento urbano; fortalecimento dos siste-

mas de água e saneamento e provisão desses serviços para o imenso contingente nacional que deles se vê privado atualmente (cerca de 50% da população total do México) e integração intersetorial com outros programas nacionais de prestação de serviços urbanos, como secretarias de agricultura, desenvolvimento urbano, reforma agrária e ecologia. Paralelamente a essas linhas diretoras, uma nova proposta de política social, de forma a despertar a consciência comunitária, a sensibilidade de todos os setores da sociedade para a melhoria das condições de vida na periferia dos grandes centros urbanos.

Concretamente, o projeto DIF/UNICEF tem sua base prática centrada na população de 0 a 6 anos e a partir de ações em diversos campos. O primeiro deles é o da Saúde, no qual a ênfase na política dos cuidados primários é fundamental. Nessa esfera, o recrutamento, treinamento e apoio aos agentes comunitários se estenderá ainda em 1985, buscando uma expansão cada vez maior, visando a reduzir a mortalidade e a morbidade desse público-meta.

Um segundo campo de ação do projeto DIF/UNICEF é a área de nutrição. A nível nacional, 55% das crianças mexicanas, nas áreas críticas, sofrem de desnutrição. Para fazer face a essa estatística, ações de orientação sobre acompanhamento do crescimento infantil, diagnóstico precoce, orientação alimentar e novas práticas nutricionais estão sendo desenvolvidas. Paralelo a isso, pequenos projetos produtivos estão sendo estudados como forma de geração de renda para as famílias em condições mais críticas.

Educação Pré-escolar é o terceiro aspecto da estratégia de ação do DIF. A colaboração da família é fundamental, pois os pais são utilizados como educadores comunitários. Ao mesmo tempo, promove-se a melhoria da infra-estrutura oficial de ensino, aumentando a competência das educadoras e integrando, ao processo de educação formal, orientação de saúde e nutrição.

A nível de bem-estar social (última etapa), um conjunto de ações eminentemente comunitárias objetiva despertar o espírito de participação e integração dos núcleos locais à estrutura oficial de apoio, fortalecendo e gerando formas próprias de autogestão.

Pretende-se, assim, que, em 1985, pelo menos 80% dos meninos dessas populações enfocadas no projeto sejam imunizados, com acesso a serviços de saúde, através de promoções comunitárias; que pelo menos 80% das mães desses jovens estejam sob orientação médica e nutricional intensiva; que pelo menos 80% dos casos de desnutrição estejam sob controle. Além disso, estão sendo formados comitês de saneamento e bem-estar social urbano para a busca e a prática de soluções alternativas, produzidas no seio das próprias comunidades. Capacitação de agentes sociais, treinamento, orientação materno-infantil são metas que, em 1985, deverão estar plenamente alcançadas nas áreas escolhidas pelo projeto. Pretende-se despertar a sensibilidade comunitária para um esforço integrado e multidisciplinar que solucione, pelo menos em 70%, o problema dos meninos e meninas que hoje ainda vivem (e sofrem) nas ruas do México.



Centro-América e Caribe

Os filhos da guerra — “los tígueres”

Na América Central, além das altas taxas de crescimento urbano, das concentrações cada vez maiores em pequenos espaços, do rápido crescimento dos guetos e bolsões de miséria, existe a guerra. Região carente, a Centro-América, envolta em constantes conflitos armados, apresenta um quadro ainda mais crítico: ao lado da pobreza urbana, vão aparecendo os órfãos da guerra: assim, em El Salvador, República Dominicana, Nicarágua e Guatemala.

Segundo estatísticas oficiais, 81% da América Central e região do Caribe apresentam graus altíssimos de desnutrição. E a causa é uma só: a guerra. Entre 1950 e 1975, verificou-se uma taxa de crescimento urbano assustadora: 50%, mais uma vez graças ao fantasma da guerra, que afugenta centenas e centenas de famílias, a cada mês, para os grandes centros urbanos. Só na Nicarágua, essa taxa migratória, em menos de 5 anos, foi de 6,8% ao ano.

No Haiti, existem 150.000 crianças nas ruas: 5.000 menores de cinco anos levados à mendicância pelos próprios pais, 50.000 jovens entre 5 e 16 anos entregues à marginalidade. Jovens que são o fruto do êxodo rural, das lutas políticas internas, das guerras nos países vizinhos. Em decorrência disso, altas taxas de desemprego (60%) e analfabetismo (73%), além de graves problemas fundiários reduzem — a praticamente zero — as perspectivas de educação e saúde dessas crianças. Embora não exista ainda um projeto específico, estudos e levantamentos de campo estão sendo elaborados pelo Serviço de Proteção ao Menor, órgão ligado à Divisão de Defesa Social que, até o momento, tem exercido uma função de orientação e reeducação, por meio de escolas profissionalizantes.

Na República Dominicana, além de todos os problemas já arrolados (comuns a toda a América Central), há o turismo, poderosa força econômica, mas também poderosa força desagregadora da vida familiar nos bolsões de pobreza. O turismo, com sua aura de riqueza e fausto, atrai os jovens, que se vêem logo absorvidos pela prostituição, pelo tráfico de drogas pesadas, pela criminalidade e, enfim, pela violência.

O Conselho Nacional da Infância, entidade que se debruça atualmente sobre o problema, é o órgão normativo das políticas sociais do governo da República Dominicana. O C.N.I. considera a família e o meio ambiente como fundamentais para a recuperação do jovem de rua. Age como um alocador de recursos e instituições (oficiais e não-oficiais), além de distribuir alimentos e remédios às famílias mais sujeitas aos quadros de risco).

A estratégia de ação centra-se no que é chamado de “Modelo Ecológico Integral” e que pretende responder às expectativas do jovem, sem retirá-lo do seu ambiente (a rua). Essa postura serve como um insumo à melhoria dos padrões de convivência comunitária. A faixa etária escolhida para trabalho é a que vai dos 7 aos 18 anos — os chamados “Tigres”, que

Anthony Hewitt



vivem e trabalham na rua. Foi elaborado um tripé de ações que começam no trabalho com o menor, avançam até a ação comunitária e consolidam-se com a vinculação vocacional desse menor ao mercado de trabalho.

As condições de ingresso nesse esquema são: que o menor esteja plenamente abandonado, isto é, vivendo e batalhando a sua sobrevivência nas ruas, longe dos pais ou, muitas vezes, sem qualquer referência a eles; que esse menor viva em bandos, com outros “tigres”; que seja explorado (moral, financeira ou sexualmente) por terceiros; que tenha fugido de casa por maus-tratos físicos intensos.

Trabalhando há três anos sob essa orientação, o C.N.I. já atendeu a cerca de 15.000 jovens, em 13 cooperativas, e possibilitou a 14.557 crianças acesso a serviços profissionais, orientação vocacional, serviços básicos de educação, nutrição e imunização.

EXPERIÊNCIA REVELADORA

O Norte da República Dominicana é foco de grande movimentação turística. O analfabetismo é praticamente generalizado e convive com os dólares dos turistas e o acrílico dos hotéis de luxo.

Em 1982, teve início um projeto-piloto na comunidade de Puerto Plata, uma das mais carentes de todo o país. Buscou-se uma série de alternativas econômicas para os jovens “tigres” que os afastasse da prostituição e do tráfico. Buscou-se, pela valorização das tradições regionais e folclóricas, sensibilizar os jovens para a redescoberta da sua própria identidade cultural, o que equivaleu a uma “redescoberta” de si mesmos, uma revalorização humana. Um levanta-

mento cuidadoso da população-alvo revelou que existiam três tipos de “tigres”, três tipos de meninos de rua: aquele que vivia nas ruas, sem qualquer laço familiar ou trabalho específico, coabitando com outros amigos em bandos enormes; aquele que vivia e trabalhava nas ruas, sem coabitação em bandos ou sem tendências à criminalidade; e aquele menino que começava a sua vida nas ruas, mantendo algum tipo de vínculo familiar.

A resposta prática situou-se na comunidade. Na própria rua. Agentes comunitários (educadores de rua) contactaram os meninos e passaram a desenvolver atividades educativas no parque da cidade, no porto, nos locais onde viviam. Um total de 2.000 jovens foi rapidamente cativado pelas perspectivas oferecidas pelo projeto. Buscou-se uma formação intensiva, profissionalizante, vocacional e moral, através de um projeto de trabalho agrícola. Outras ações foram desenvolvidas nos centros sociais, para meninas e meninos, em regime de tempo integral, sob a forma de treinamento vocacional. Além disso, orientação familiar em saúde, nutrição e formação social foi levada a efeito nos bairros de Puerto Plata e mobiliza, atualmente, 147 famílias como agentes comunitários. Essas ações são complementadas por três pequenas escolas públicas que, junto com dois clubes e duas paróquias, oferecem atividades esportivas e vocacionais. Em cinco bairros, os centros comunitários estão desenvolvendo e implementando grupos de jovens para a resolução e discussão das necessidades locais.

A diversificação de oportunidades e a mobilização comunitária são dois fatores determinados e fundamentais para o êxito do projeto.

Audiovisuais: a tecnologia a serviço da criança

Uma das características do I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para os Meninos de Rua foi a utilização ampla dos meios de comunicação, particularmente os audiovisuais, como forma de sensibilização comunitária. Nos cinco dias de encontro, mais de 20 produções — em geral, documentários sobre as experiências mais importantes desenvolvidas nos mais diversos países da América Latina — foram apresentadas e discutidas.

Estes foram os audiovisuais apresentados durante o I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para os Meninos de Rua:

— “La Experiencia de Sename (Servicio Nacional de lo Menor) con Programas Dirigidos a Niños en Situación Irregular”, por Cecilia Milevic e Marta Garcia, Chile.
— “Programa de Geração de Renda para Crianças”, por Geraldo Guimarães, Brasil.

— “Experiencias con Niños (8 a 11 años) que Ejercen la Prostitución”, de Guillermo Frez, Chile.

— “Programa do Menor em Ponta Grossa”, por Pedro Carlos de Campos, Brasil.

— “Alternativas de Atendimento a Crianças em Comunidades Urbanas e Rurais”, por Eli Dominguez, Brasil.

— “Niño de la Calle en Mexico”, audiovisual institucional.

— “Ayúdeme a ser Niño”, por Miriam Villon, República Dominicana.

— “Los Problemas de la Niñez”, por Mario Ranchetti.

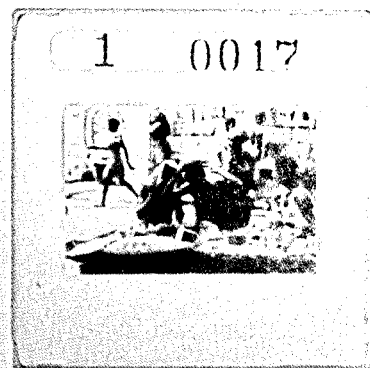
— “Os Meninos da Maré”, por Idelson de Almeida, Brasil.

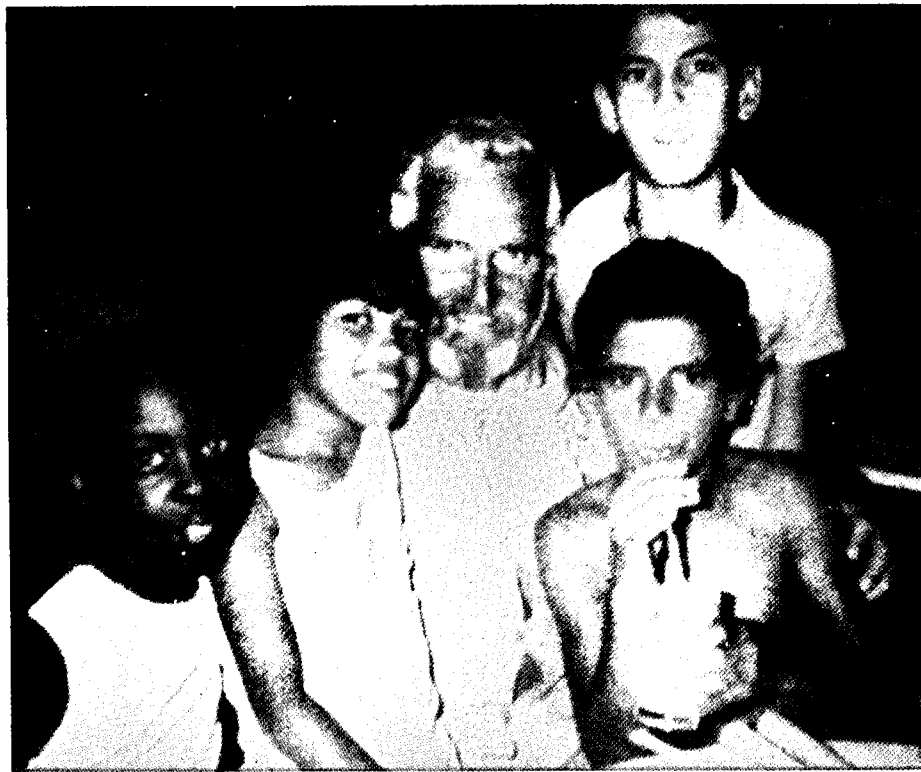
— “Alternativas de Programas para la Prevención y Orientación del Menor de la Calle”, por Hernan Emeres, Chile.

— “Who Will Help Paulinho?” (Quem ajudará Paulinho), documentário produzido pelo UNICEF.

— “Los Gamines”, audiovisual institucional, Colômbia.

— “Acción de Instituciones No Gubernamentales en Uruguay”, por Juan Pablo Monteverde, Uruguai.





Seres urbanos, seres humanos

por Peter Taçon*

No dia 23 de dezembro de 1982, minhas quatro "crianças" e eu saímos juntos, como sempre, pelas ruas de Copacabana, observando os festejos pré-natalinos. Sucos de frutas e sanduíches foram o programa daquele dia.

1. Quito (José Antônio) — engraxate hábil e de futuro, conhecido por sua pureza e inocência, jamais cometera qualquer infração legal. Tinha um grande apetite e um senso-de-humor do mesmo tamanho.

2. Jakson — havia chegado ao Rio seis meses antes daquele dia de Natal, vindo (como sempre) de uma área rural pobre. Também engraxate, sem as qualidades de Quito, mas eficiente. Seu papo agradável, sua personalidade cativante faziam valer a pena um contato com ele. Em termos de comportamento, ninguém poderia jamais chamá-lo "inocente".

3. Amendolm (Reginaldo) — ganhou esse apelido por vender amendoim, geralmente sozinho, expulso de casa quase todos os dias pelos seus pais. Caminhava puxando acentadamente a perna, marca de um acidente de infância. Reiteradas vezes falava de uma operação, a ser "feita em pouco tempo".

4. Julinha, filha de uma empregada doméstica, desempregada, que também vivera nas ruas há dez anos. Julinha jamais teve um lar, principalmente por sua mãe não ser aceita em casas que não admitiam filhos de empregados. Ela me chamava "papai" como os outros garotos, mas com uma determinação maior, mais firme, como se aquilo fosse se tornar real algum dia.

Hoje, tudo isso já tem três anos. A idade do programa do UNICEF e do Governo Brasileiro. Estamos todos orgulhosos do sucesso do programa no País e em outros países latino-americanos. O que aconteceu, porém, nesses três anos, com os quatro notáveis da foto?

Bem, o problema de Amendolm, aumentou, agravou-se dramaticamente e, aos 14 anos, tornou-se impossível qualquer cirurgia corretiva. Ele aceitou seu destino e, hoje, trabalha vendendo "souvenirs" para turistas.

Jakson foi mandado para um reformatório há quatro meses, por ter participado de um assalto a um turista. Tem 16 anos agora. Julinha é uma vencedora. Aos 11 anos, trabalha com a mãe numa casa de classe média, no bairro do Flamengo.

E Quito?

Bem, no dia 24 de dezembro de 1983, Quito estava no lugar errado e na hora errada. Apanhado no meio de um tiroteio entre bandidos, no subúrbio de Caxias, caiu vitimado por uma bala perdida. Uma bala solitária que pôs fim a sua vida, um dia antes do Natal. Duas semanas antes do seu aniversário.

* Peter Taçon é Assessor Especial do UNICEF para projetos relacionados com meninos de rua, atualmente em Genebra, Suíça. Foi idealizador e coordenador do I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Atendimento a Meninos de Rua.